

ALGARVE EM PATRIMÔNIO

– JOSÉ EDUARDO HORTA CORREIA.
OLHÃO: GENTE SINGULAR,
EDITORA, 2010

CÁTIA TELES E MARQUES

Instituto de História da Arte, FCSH/UNL

Bolseira de Doutoramento da FCT

(SFRH/BD/45995/2008)

Reunindo um conjunto de vinte e quatro estudos, *Algarve em Património* organiza-se com base em comunicações proferidas em jornadas e congressos, lições académicas, ou artigos publicados em revistas. Ordenado por ordem cronológica, de 1982 a 2008, abrangendo a sua formação de Doutoramento em História da Arte pela Universidade Nova até à sua Última Lição na Universidade do Algarve, este livro constitui o ponto de chegada do percurso de uma vida e carreira académica, em grande medida, dedicado ao estudo e valorização do património artístico do Algarve. Da leitura da obra, ressaltam três grandes temas: a cidade de Vila Real de Santo António, a arquitectura e urbanismo algarvios dos séculos XVI e XVIII, e a caracterização e defesa do património da região; enquadrados por uma perspectiva eminentemente cultural que pauta a linha de pensamento e trabalho de José Eduardo Horta Correia.

1. Os textos dedicados a Vila Real de Santo António permitem aceder de uma forma mais directa às principais conclusões da tese de Doutoramento deste historiador. Aberto o campo de estudo por *Lisboa Pombalina* de José-Augusto França, Horta Correia investigou de forma exemplar a história da fundação de Vila Real, nos seus aspectos políticos, económicos, construtivos, formais e simbólicos. Nas suas palavras, Vila Real de Santo António representa *o ponto de chegada de uma prática portuguesa alicerçada numa sólida cultura matemática que remonta ao século XVI, como um caso-limite de rigor e coerência formais expressos pela constância das mesmas relações proporcionais e pela expressividade de uma verdadeira iconologia do poder* (274). Edificada no ano de 1774 em apenas cinco meses, segundo plano ideado na Casa do Risco e inovadores sistemas de pré-fabrico e standardização, o tempo recorde foi *um tempo político extremamente importante como imagem de poder de um estado iluminista face à Espanha e face aos súbditos* (123). Esta proposta de leitura iconológica da cidade é reforçada pela análise do plano que, embora



¹ HORTA, João Manuel Gomes. 2006. *Vila Real de Santo António, forma limite no urbanismo histórico português* [policopiado]. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

com características formais próximas da Baixa de Lisboa (sujeição da arquitectura ao urbanismo, por exemplo), se distancia do projecto da capital pelo pendor eminentemente político do seu planeamento, particularmente emblemático na disposição da “fachada da cidade” para o rio Guadiana. Para a análise do *aparato iconológico de um urbanismo de poder* (298), Horta Correia serve-se então do conceito de *arquitectura de programa*, enraizado na tradição urbanística portuguesa nascida e consolidada pelas realizações da Expansão. À escola portuguesa de arquitectura e urbanismo coube o planeamento e fundação de cidades *ex novo*, tendo como directriz os formulários régios, que determinavam os *princípios essenciais do urbanismo da época moderna: a linearidade, a uniformidade e o programa* (128). Vila Real de Santo António, “*cidade ideal*” do *Iluminismo* [...] *pensada como um todo* (124), permanece, por isso, um estudo de caso exemplar para a reflexão mais alargada da história da arquitectura e urbanismo portugueses dos séculos XVI ao XVIII, tendo sido há poucos anos sido objecto de estudo nova tese de Doutoramento¹.

2. Mas a investigação do autor sobre o Algarve não se esgotou em Vila Real, interessando-se por outras realizações do Período Moderno. Destaca-se, em particular, a cidade de Tavira, na qual teve o mérito de individualizar uma escola renascentista representada por André Pilarte e de identificar a actividade do mestre pedreiro Diogo Tavares e Ataíde na época Barroca. Caso raro, não sendo sede episcopal, Tavira foi, não obstante, elevada a cidade pelo rei D. Manuel antes de morrer. A casa urbana passa a caracterizar-se, em Quinhentos, pelo alargamento dos lotes e espaçamento dos vãos, pelas janelas de sacada em duplo quadrado com cornija saliente e a substituição do telhado de duas águas pelo telhado de tesouro, “*imagem de marca*” que define Tavira na sua especificidade cultural (140). Graças ao trabalho de Horta Correia, é hoje possível associar ao Renascimento taviense a figura de André Pilarte, mestre pedreiro local formado no estaleiro dos Jerónimos, autor das igrejas da Misericórdia e da Luz de Tavira, bem como da igreja matriz de Alcoutim e da igreja da Senhora da Graça de Moncarapacho. As encomendas a André Pilarte enquadram-se, segundo o autor, dentro de *um gosto já assimilado, uma clara consciência estética que servira de afirmação de poder da mais importante confraria da cidade* (102), do qual o pedreiro se soube distinguir pela criatividade decorativa e soluções espaciais que adoptou, inclusivamente formando escola, cuja influência extravasou as fronteiras de Tavira, alcançando Ayamonte e Mértola. Após a estagnação vivida em Seiscentos, Tavira conhece novo período de crescimento em meados do século XVIII, onde o mestre pedreiro e canteiro Diogo Tavares e Ataíde assumiu um importante papel. Dentre o catálogo de obras que Horta Correia lhe atribui, fundamentado em documentação e na análise formal dos edifícios, destacam-se a Casa das Hortas de Baixo e Casa da Galeria, a torre da Hora dos Cães, o claustro do convento da Graça e o hospital do Espírito Santo de Tavira. Em contexto de encomenda religiosa ou civil, Diogo Tavares fez uso, nos seus diversos projectos em Tavira e noutras partes do Algarve, da planta centralizada e da planta de ângulos cortados, cara à arquitectura barroca portuguesa. O autor conclui que *com Diogo Tavares estamos perante um dos muitos “arquitectos” do*

nosso barroco provincial, inserido em estruturas sociais das artes mecânicas, mas que parece revelar alguma formação tratadística, cujos valores assume em jeito de continuidade ou de inovação, integrando-os pacificamente na tradição chã da arquitectura meridional (234).

Dos estudos do século XVIII, destacamos ainda «O significado do mecenato do Bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar», que constituiu a “Lição de Síntese” proferida em 1995 na Universidade Nova de Lisboa, no âmbito das provas de Agregação em História da Arte. Neste estudo, situa a formação e cultura científica e artística de D. Francisco Gomes na categoria operativa do “Iluminismo Católico”, explicando a sua intervenção na “Restauração do Algarve”. A estadia em Roma de D. Francisco (1786-88) é bem analisada, fundamentando a vinda para Portugal de Francisco Xavier Fabri. O arquitecto bolonhês, partilhando da cultura neoclássica da época, ocupou-se no Algarve da construção e reconstrução de igrejas, baseando-se em dois princípios fundamentais: respeito pelas preexistências e aceitação de valores vernaculares, destacando-se a igreja de Santa Maria de Tavira *a mais paladiana igreja portuguesa e das melhores obras do arquitecto*, que D. Francisco Gomes elegerá para pano de fundo do seu retrato oficial. Fazendo uso da pintura como instrumento de pedagogia da fé, D. Francisco encomendará ainda diferentes obras aos artistas italianos Liborio Guerini, Marcelo Leopardi, Tommaso Conca e aos pintores portugueses, bolseiros em Roma, Domingos Antônio de Sequeira e Vieira Portuense. Coube a Horta Correia a identificação de temas e de autorias, entendidas numa brilhante análise histórico-cultural da acção mecenática do bispo, que merecia publicação monográfica devidamente ilustrada. Este estudo teve reflexos em textos de divulgação internacional², bem como na análise do caso particular da «Reconstrução neoclássica de Santa Maria de Tavira», também incluída na presente colectânea.

3. Por último, as considerações críticas do autor sobre a questão da conservação do património algarvio resultam da militância que de há muito vem desenvolvendo pelo seu reconhecimento e valorização. Considerando *a arquitectura como uma das manifestações que mais fielmente traduzem a identidade algarvia* (237), caracteriza-nos seguintes termos: *a tendência para uma escala humana, utilização de materiais frágeis, a limpidez estrutural, a nitidez na definição do espaço, a abertura a valores eruditos, a aceitação de novidades depois transformadas localmente, a preocupação pela decoração dos vãos, a perfeita integração na geografia e a sua natural plasticidade*. Valores que, ao longo das últimas décadas, não mereceram a atenção necessária que evitasse a descaracterização a que foi votado o Algarve pelas políticas da dita *monocultura do turismo*. Na linha do pensamento de Françoise Choay, José Eduardo Horta Correia defende, por isso, a necessidade de *uma política de Património por parte do poder central, o que implica o entendimento do Património com sentido de Estado, sem sobreposição de funções e implementada por vários departamentos em convergência de serviço público, em que se articule o Ambiente, o Ordenamento e o Património Construído. (...) Ora, competência técnica e a coragem política não custam dinheiro. E não é necessário nem honesto transfe-*

² Ver entradas «Gomes do Avelar, Bishop of Faro» e «Francisco Saverio Fabri» do *The Dictionary of Art*, ed. Jane Turner. 1996. New York: Grove.

³ «Vila Real de Santo António: uma única e grande casa». Entrevista a José Eduardo Horta Correia conduzida por Raquel Henriques da Silva. *Monumentos*. N.º 30 (2009): 147. Lisboa: IHRU.

rir competências para entidades autárquicas quando de antemão se sabe que elas ainda não têm meios técnicos e humanos ou sequer vocação para as assumir (242). Proposta, diríamos, válida de uma maneira geral para todo o País.

A visão cultural de Horta Correia sobre o património do Algarve deriva, em última análise, de uma história da arte assente sobre o Formalismo e a História das Ideias, valorizando expressões eruditas ou vernaculares, a relação do edificado com a paisagem, persistências e rupturas, ou cruzando as manifestações artísticas da região com o contexto nacional, a vizinha Espanha ou as realizações ultramarinas do Brasil e Goa. Em entrevista recente, teve mesmo ocasião de explicar como integrou nas suas perspectivas a visão sociológica da História da Arte de José-Augusto França, a História das Ideias e da Cultura de Silva Dias e o Formalismo de George Kubler, cujas influências foram lapidares na *superação do conceito de estilo pelo de sequência formal, invariante e entendido como sedimentação de fontes plurais*³.

Por último, importa dizer que os textos de boa estrutura e dimensão tornam esta obra acessível também ao público interessado pelo Algarve e pelas questões do património. No entanto, dada a opção pela organização cronológica, a inclusão de um índice remissivo facilitaria a sua consulta. A edição peca ainda, infelizmente, pela ausência de imagens e de mapas, recursos visuais fundamentais para o entendimento dos valores artísticos em presença. Não desmerecendo a importância de *O Algarve em Património* no quadro da bibliografia mais recente sobre a região, ficam aqui registadas estas observações, esperando que possam ser levadas em conta numa futura 2.ª edição. ●